



## 21 DE AGOSTO DE 2018 Terça-feira

- ÍNDICE DE CONFIANÇA DO EMPRESÁRIO MELHORA EM AGOSTO, DIZ CNI
- CONFIANÇA DO EMPRESÁRIO INDUSTRIAL TEM LEVE MELHORA, APONTA CNI
- APENAS UMA EM CADA 5 EMPRESAS ESTÁ OTIMISTA COM A ECONOMIA
- PARANÁ PODE LUCRAR COM GUERRA COMERCIAL ENTRE CHINA E EUA
- ARTIGO: UM NOVO CAMINHO PARA A INOVAÇÃO
- ARTIGO: ROTAS E LOROTAS
- CRESCIMENTO DE IMPORTAÇÃO IRREGULAR PRESSIONA O MERCADO DE MOTOPECAS
- SERVIÇOS ESTÃO 10,5% ABAIXO DO PICO
- ARTIGO: SE O ELEITO FOR FIEL A SUAS PROPOSTAS E NÃO COMETER ESTELIONATOS ELEITORAIS, HAVERÁ ESPERANÇA
- TECNOLOGIA DITA NOVO TIPO DE SELEÇÃO NATURAL ENTRE AS EMPRESAS
- FIM DA DESONERAÇÃO VAI ENCARECER CONTRATAÇÃO DE FUNCIONÁRIOS: ENTENDA
- MP INVESTIGA EMPRESAS QUE OFERECEM DADOS BIOMÉTRICOS PARA LOJAS
- CARACTERIZAÇÃO DO CARGO DE CONFIANÇA E A REFORMA TRABALHISTA
- AMBEV COMPRA 1,6 MIL CAMINHÕES ELÉTRICOS E REFORÇA PRODUÇÃO DA VOLKS
- STF REALIZA AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE MULTAS A EMPRESAS E CAMINHONEIROS NA GREVE
- MINISTRO PRORROGA SUSPENSÃO DE MULTA POR PARALISAÇÃO DOS CAMINHONEIROS
- VOLARE PREVÊ CRESCIMENTO E RECORDE DAS EXPORTAÇÕES
- BYD ENTREGA OS PRIMEIROS CAMINHÕES ELÉTRICOS À CORPUS
- COCA-COLA AMEAÇA DEIXAR BRASIL SE NÃO RECUPERAR SUBSÍDIO NA ZONA FRANCA

- MINISTRO DA FAZENDA DESCARTA APROVAÇÃO DE REFORMA TRIBUTÁRIA ATÉ O FIM DO ANO
- ECONOMIA MANTÉM TRAJETÓRIA DE RECUPERAÇÃO LENTA, DIZ FGV
- COM INCERTEZA ELEITORAL, RISCO-PAÍS DO BRASIL É O 2º QUE MAIS CRESCE NA AMÉRICA LATINA
- COM OFERTA ELEVADA, PREÇO EM BAIXA E DÓLAR ALTO, EXPORTAÇÃO DE ETANOL DISPARA
- CHINA PROMETE DEIXAR SUBSÍDIOS PARA AÇO EM CONFORMIDADE COM REGRAS DA OMC
- COBRE OPERA EM ALTA, APOIADO POR DÓLAR MAIS FRACO

<b>CÂMBIO</b>		
<b>EM 21/08/2018</b>		
	<b>Compra</b>	<b>Venda</b>
<b>Dólar</b>	3,990	3,991
<b>Euro</b>	4,602	4,604

**Fonte: BACEN**

### Índice de confiança do empresário melhora em agosto, diz CNI

21/08/2018 – Folha de S. Paulo

***Levantamento com 2.838 empresas mostra que, apesar de recuperação, indicador segue abaixo da média***

O ICEI (Índice de Confiança do Empresário Industrial) ultrapassou os 50 pontos e atingiu o patamar de confiança dos empresários no mês de agosto, segundo divulgado pela CNI (Confederação Nacional da Indústria), nesta segunda (20).

O indicador subiu 3,1 pontos em relação a julho e alcançou 53,3 pontos em agosto. Leituras abaixo de 50 pontos significam falta de confiança dos empresários para investir.

A confiança é maior nas grandes empresas, em que o indicador alcançou 54,4 pontos.

Nas pequenas ficou em 51,2 pontos e, nas médias, em 53 pontos. Mesmo assim, o ICEI está abaixo da média histórica, que é de 54,1 pontos, e dos 55,5 pontos registrados em maio, antes da paralisação dos caminhoneiros.

O Índice de Expectativas subiu de 53,5 pontos em julho para 56,3 pontos em agosto. Com isso, continua a apontar otimismo dos empresários em relação ao desempenho da economia nos próximos seis meses.

O Índice de Condições Atuais subiu de 43,6 pontos em julho para 47,2 pontos em agosto. Mas ainda está abaixo dos 50 pontos, mostrando que os empresários ainda percebem a piora das condições atuais dos negócios. Em maio, antes da paralisação, o indicador estava em 50,1 pontos.

A pesquisa foi feita entre 1º e 13 de agosto com 2.838 empresas, das quais 1.126 são pequenas, 1.061 são médias e 651 são de grande porte.

### **Confiança do empresário industrial tem leve melhora, aponta CNI**

21/08/2018 – Tribuna PR (publicado em 20-08-2018)

O empresário industrial volta a mostrar confiança, ainda que pequena, revela a Confederação Nacional da Indústria (CNI). O Índice de Confiança do Empresário Industrial (Icei), medido pela entidade, alcançou 53,3 pontos em agosto, um crescimento de 3,1 pontos em relação a julho.

O dado é superior aos dos últimos dois meses. Mesmo assim, pondera a CNI, ainda é inferior ao registrado em maio deste ano, antes da paralisação dos serviços de transporte rodoviário, ocorrida no fim daquele mês.

Com a alta, o indicador ficou acima da linha divisória de 50 pontos do estudo, o que demonstra uma retomada da confiança. Apesar disso, o Icei de agosto de 2018 permanece 0,8 ponto abaixo de sua média histórica.

“A atividade industrial vem se normalizando, após a greve dos caminhoneiros. Além disso, estamos entrando em um período do ano no qual é usual termos maior atividade econômica. Contudo, as incertezas eleitorais e a tabela de preços mínimos de frete impedem uma confiança maior”, afirma o economista da CNI Marcelo Azevedo.

Segundo o levantamento, a confiança é maior nas grandes empresas (54,4 pontos), seguidas das médias, com 53 pontos, e, por último, das pequenas, com 51,2 pontos. Nas indústrias extrativas, o Icei subiu para 58,5 pontos, acima dos 53,5 pontos registrados na indústria de transformação e dos 51,8 pontos verificados na construção.

A melhora geral do Icei se deve tanto às condições correntes dos negócios, menos negativas, quanto às perspectivas para os próximos seis meses, mais otimistas. “O Índice de Condições Atuais passou de 43,6 para 47,2 pontos, um aumento de 3,6 pontos.

Apesar disso, o índice permanece abaixo da linha divisória de 50 pontos, que separa percepção de piora da de melhora. Assim, mostra que o empresário ainda percebe piora nas condições correntes de seus negócios”, cita o estudo.

“O Índice de Expectativas, por sua vez, aumentou 2,8 pontos e foi a 56,3 pontos em agosto. Em particular, o Índice de Expectativas da Economia Brasileira cresceu 3,9 pontos, para 50,9 pontos. Com isso, volta a apontar otimismo do empresário em relação à economia brasileira como um todo, após dois meses de pessimismo”, acrescenta.

O Icei de agosto consultou 2.838 empresas, das quais 1.126 de pequeno porte, 1.061 de médio porte e 651 de grande porte. O período de coleta das informações foi de 1º a 13 de agosto.

## **Apenas uma em cada 5 empresas está otimista com a economia**

21/08/2018 – R7 (publicado em 20-08-2018)

***Simpi aponta que situação econômica ainda afeta 76% das micro e pequenas indústrias. CNI revela que confiança é maior nas grandes empresas***



O otimismo das micro e pequenas indústria despencou para apenas 19% em julho e atingiu o pior resultado desde março de 2016, revelou nesta segunda-feira (20) o Simpi (Sindicato da Micro e Pequena Indústria).

De acordo com o levantamento, realizado pelo Instituto Datafolha, mais da metade dos pequenos empresários (51%) estimam que a economia brasileira "vai ficar como está". Outros 27% avaliam que a situação irá piorar.

Sobre a retomada do crescimento econômico, 76% das micro e pequenas indústrias disseram que o cenário de crise nacional "ainda é forte" e "segue afetando os negócios". Trata-se do maior nível desde abril do ano passado, quando a pesquisa começou a ser realizada.

O presidente do Simpi, Joseph Couri, observa que está cada vez mais distante a expectativa otimista do setor com a economia nacional. "Desde o começo do ano estamos vivendo o aumento do pessimismo entre os empresários e a expectativa para os próximos meses é ainda de instabilidade", lamenta.

### **Mais confiantes**

Ainda que as micro e pequenas indústria estejam pessimistas, a confiança na economia é maior nas grandes empresas, segundo o ICEI (Índice de Confiança do Empresário Industrial), da CNI (Confederação Nacional da Indústria), que subiu 3,1 pontos em relação a julho e alcançou 53,3 pontos em agosto.

Pelo estudo, a confiança entre os grandes empresários alcançou os 54,4 pontos neste mês. Ao mesmo tempo, o índice para as pequenas indústrias figura na casa dos 51,2 pontos e, nas médias, em 53 pontos.

O economista da CNI, Marcelo Azevedo, avalia que os resultados apontam para uma normalização da atividade industrial após o fim da greve dos caminhoneiros. "Estamos entrando em um período do ano no qual é usual termos maior atividade econômica. Contudo, as incertezas eleitorais e a tabela de preços mínimos de frete impedem uma confiança maior", afirma.

## **Paraná pode lucrar com guerra comercial entre China e EUA**

21/08/2018 – Bem Paraná (publicado em 20-08-2018)

O agronegócio paranaense pode vir a colher bons dividendos por conta da guerra comercial entre China e Estados Unidos. Em abril último, os asiáticos anunciaram uma taxa de 25% em relação à soja estadunidense. Aliado à quebra da safra na Argentina, a situação cria uma oportunidade de direcionamento de demanda para o grão

produzido no Brasil, deslocando outros compradores. E o Paraná é atualmente o segundo maior produtor nacional do grão.



Ontem, analistas da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) divulgaram estudos nos quais apontam que o cenário para exportação de soja deve se manter aquecido em 2019.

De acordo com estimativa do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA), a safra mundial de soja em grãos deve ser a maior da história, com 367 milhões de toneladas. Desse total, os Estados Unidos devem plantar 124 milhões e o Brasil, 120 milhões de toneladas.

“Os chineses estão taxando em 25% a soja em grãos americana e, com isso, as exportações de soja no Brasil deverão manter-se aquecidas no próximo ano, pois somos o único país capaz de vender o produto e ocupar o espaço deixado pelos norte-americanos”, explica Leonardo Amazonas, analista de mercado de soja da Conab. “Por isso, a área de soja brasileira para a safra 2018/2019 deve aumentar”, acrescenta.

Por isso, a perspectiva para a safra 2018/19 de soja é positiva, segundo a análise.

Acredita-se que a produção deverá ser maior que a atual (2017/18), devido ao aumento de área para suprir a demandas internacionais, e poderá superar as expectativas, a depender do clima.

Atualmente, ainda segundo dados da Conab divulgados no último mês de maio, o Paraná é o segundo maior produtor nacional do grão, com uma produção de 19,07 milhões de toneladas numa área plantada de 5,444 milhões de hectares.

Apenas o Mato Grosso possui uma produção mais expressiva (31,887 milhões de toneladas para uma área plantada de 9,519 milhões de hectares), mas a produtividade paranaense é bem superior: 3.503 kg para cada hectare contra 3.350 kg/ha.

### **Preço do produto pode subir**

Além da expectativa de crescimento das exportações, a consultoria INTL FC Stone aponta também que a taxação da soja estadunidense pode refletir nos valores pagos pela soja brasileira. Isso porque mesmo que toda a soja brasileira para exportação fosse direcionada ao mercado chinês, ainda não seria o suficiente para atendê-lo plenamente.

Neste ano, os embarques do Brasil para o resto do mundo devem somar 69,5 milhões de toneladas, ainda segundo a consultoria. Faltariam, então, 30 milhões de toneladas para satisfazer a demanda do país asiático, o que significa que não teria como os chineses deixarem de importar soja dos EUA.

Os prêmios a serem pagos pela soja brasileira sobre as cotações internacionais, então, tenderiam a subir com a demanda maior, até atingir o limite comparável de se comprar dos EUA.

***O Rota 2030 busca fortalecer e modernizar a indústria automotiva nacional por meio de um plano de desenvolvimento de longo prazo***



Marcos Tavares/Thapcom

O Programa de Incentivo à Inovação Tecnológica e Adensamento da Cadeia Produtiva de Veículos Automotores (Inovar Auto) foi criado em 2012, com o objetivo principal da criação de condições para aumento da competitividade no setor automotivo, estimulando a concorrência no desenvolvimento de veículos mais econômicos e seguros.

Porém, esse programa teve uma abordagem vinculada principalmente ao mercado interno, deixando pontos importantes do mercado global e, por isso, sendo finalizado em 2017, dando início a novas políticas para o setor automotivo, com a criação de dois projetos, denominados Ciclo de Política Automotiva e Rota 2030.

O Rota 2030 busca fortalecer e modernizar a indústria automotiva nacional por meio de um plano de desenvolvimento de longo prazo. Os pontos fundamentais são mobilidade e logística, integrando as cadeias globais de valor, de forma competitiva.

Os desafios a serem enfrentados e que deverão ser estudados por esse projeto são a pesquisa e desenvolvimento em novos projetos de engenharia que envolvam conectividade, manufatura avançada (indústria 4.0), eficiência energética, maior utilização de biocombustíveis, redução de emissões, ampliação da segurança veicular, novas tecnologias de propulsão, nanotecnologia e inteligência artificial, além de melhoria da cadeia produtiva e reestruturação da cadeia de autopeças.

Em eficiência energética, o projeto busca melhoria em 11% até 2022

A novidade é a inclusão de requisitos de desempenho estrutural e etiquetagem do Inmetro nos veículos e, até 2027, a incorporação de novos itens de série. Em 2020, além dos *airbags* e ABS, outras tecnologias assistivas à direção, como os controles de tração e estabilidade, serão incorporadas, na busca constante de redução de acidentes, em todos os lançamentos feitos ou, até 2022, em todos os veículos vendidos no país.

Em eficiência energética, o projeto busca melhoria em 11% até 2022, por meio da redução do consumo de combustível e ampliação da frota de veículos elétricos e híbridos (com a redução da alíquota na ordem de 7 a 20 pontos percentuais do IPI às fabricantes e montadoras).

Em contrapartida, essas mesmas empresas terão de fazer investimentos mínimos da ordem de R\$ 5 bilhões em pesquisa e desenvolvimento (P&D) por ano. Convém lembrar que, em 2015, o Brasil assumiu, em conferência das Nações Unidas, o compromisso de reduzir em 43%, até 2030, a emissão de poluentes – e a indústria automotiva é a que tem maior poder para alcançar este patamar.

Esse projeto será bem-sucedido se o país, por meio de empresas da área automotiva, conseguir promover a diferenciação tecnológica, ampliando a competitividade, inovando em produtos e processos produtivos, conferindo vantagens para o meio ambiente e produzindo veículos econômicos e não poluentes, além de mais seguros

(como a obrigatoriedade do Isofix, sistema de fixação de assentos infantis, encosto central e cinto de segurança de três pontos para o banco do meio). Ainda poderão ser criados laboratórios independentes, como o Inmetro, para a realização dos *crash tests* que ainda não estão disponíveis no país.

Com base em todas essas melhorias nos veículos previstas no programa, se elas forem alcançadas, teremos, além de mais segurança, um meio ambiente mais adequado para a população.

**Karin Soldatelli Borsato** é doutora em Engenharia Mecânica e coordenadora dos cursos de Engenharia Mecânica e Engenharia de Produção da Universidade Positivo (UP).

### **Artigo: Rotas e lorotas**

21/08/2018 – Gazeta do Povo (publicado em 20-08-2018)

#### ***Planos de governos, incluindo as chamadas políticas industriais, invariavelmente são fracassos com datas marcadas***

O programa Rota 2030 pretende “estimular” a modernização do setor automobilístico no longo prazo, mediante a fixação de um conjunto de regras, tais como incentivos fiscais de até R\$ 1,5 bilhão por ano se as montadoras investirem no mínimo R\$ 5 bilhões no Brasil, diminuïrem o consumo de combustível em 11% até 2022 e introduzirem certos equipamentos até 2027.

Contempla duas “caridades”, a saber: a diminuição do IPI de 25% para uma banda de 7% a 20% e um desconto especial para veículos híbridos com motor flex. E contém a habitual perversidade, que é a ameaça de multar em 20% da receita de suas vendas as empresas que não aderirem ao programa ou que descumprirem suas metas, algo como um convite compulsório, uma intimação judicial.

Planos de governos, incluindo as chamadas políticas industriais, invariavelmente são fracassos com datas marcadas, lorotas oficiais. Esta é uma simples constatação, à qual a mais recente demonstração de furor legislador do governo, a Rota 2030, não escapará.

Política industrial ideal é aquela que simplesmente não existe, mas, já que parece precisar existir, por imposição do cacoete intervencionista que contamina políticos em geral e a maioria dos economistas, então deve circunscrever-se a pouquíssimas regras de bom senso.

Política industrial ideal é aquela que simplesmente não existe

A primeira delas é que o melhor incentivo que o governo é capaz de fornecer é assegurar a liberdade para empreender, pela abolição de reservas de mercado, tributos, concentração industrial e monopólios legais, o que se faz simplesmente garantindo a competição; a segunda é que, antes de festejá-las, deve-se responder à questão essencial, que é sobre quem será beneficiado por essa ou aquela política, se alguns empresários amigos ou os consumidores; e a terceira é que é muito mais eficiente remover todos os obstáculos, barreiras e controles existentes do que conceder incentivos porque, na maioria dos casos, a economia de mercado cuidará de si mesma e o grande beneficiado será aquele que faz por merecê-lo, o consumidor final.

Alguns poderão defender a necessidade dessas políticas citando exemplos de indústrias que talvez não existissem hoje no país sem os estímulos dados no passado, uma alegação facilmente replicável com a simples menção ao conceito elementar de custo de oportunidade. Há diferenças flagrantes entre enxergar apenas o que está à

nossa frente e ir além, prevendo também o que sucederá no longo prazo, assim como não é a mesma coisa usar uma lanterninha de celular ou um farol de milha.

Mas então, se podemos ver as instalações de uma indústria incentivada pelo governo, seus prédios, empregados, fornecedores, consumidores etc., por que criticar a política que tornou isso possível?

O buraco é mais embaixo, porque é muito relevante saber, além dos custos diretos, quais foram os custos de oportunidade incorridos. Quantos edifícios, funcionários, abastecedores e compradores de outras indústrias poderiam ser vistos – mas não o são porque, simplesmente, não existem – caso a alocação de recursos, em vez de ter sido imposta, fosse promovida por decisões voluntárias de empreendedores de fato?

Uma indústria incentivada artificialmente de cima para baixo, e que talvez nem tivesse por que existir no país, não é pior, em termos de benefícios para os consumidores, comparativamente a outra que teria surgido de baixo para cima pela liberdade espontânea de escolha?

O caminho para a eficiência no uso de recursos e produtos melhores e mais baratos é a competição interna e externa, e não secreções expelidas por cérebros de legisladores e engenheiros sociais. Por que não abolir impostos e regulamentações, desburocratizar, abrir o mercado e deixar o consumidor ter acesso a esses bens? A mania dos planejadores de nos impor o que é bom e o que não é bom segundo suas cabeças precisa ser rapidamente abolida.

**Ubiratan Jorge Iorio** é economista, diretor acadêmico do Instituto Mises Brasil e professor associado da Uerj.

### **Crescimento de importação irregular pressiona o mercado de motopeças**

21/08/2018 – DCI (publicado em 20-08-2018)

Componentes como kits de transmissão chegam ao Brasil sem atender normas técnicas ou pagar tributos adequados, gerando uma situação de concorrência desleal com fabricantes locais



A importação de produtos não conformes e variação do dólar pressionam a indústria de componentes para motocicletas. De acordo com entidade, maior parte de produtos irregulares tem origem chinesa e movimento protecionista dos EUA pode piorar situação.

“Existe a preocupação com importações ilegais e subfaturadas. É possível que devido às tarifas do governo de Donald Trump, a China expanda para mercados emergentes, tentando vender mais produtos vinculados ao aço no Brasil”, avalia o presidente do Sindicato Nacional da Indústria de Trefilação e Laminação de Metais Ferrosos (Sicetel), Danielle Pesteli.

A entidade realizou um estudo sobre a importação de kits de transmissão, componente responsável por transferir o movimento do motor para a roda traseira, e concluiu que entre 2013 e 2018 82% do volume tinha um valor abaixo do mínimo, levando em conta o custo de aço na China e a matéria-prima empregada na fabricação.



O advogado da empresa EBFVAZ, Eduardo Ribeiro Augusto, explica que muitas vezes a irregularidade decorre de uma fraude no recolhimento de imposto sobre a importação.

“Através do subfaturamento, o importador paga imposto sobre um valor menor do que o verdadeiro. Isso permite um preço extremamente competitivo e mata a indústria nacional.” Fabricante de peças de automóveis e motocicletas, a EBFVAZ ressalta que não se opõem às importações, apenas aquelas que não são feitas dentro da legalidade. “Não somos contra, desde que praticada de forma leal.

A prática por má fé ou ignorância de um código tarifário ilegítimo contribui para uma desindustrialização do setor. Além disso, são produtos que não atendem a norma técnica e colocam em risco o consumidor”, aponta Augusto.

Ele também acredita que a decisão dos Estados Unidos de tarifar o aço pode aumentar o volume das importações. “Com outros mercados fechando as portas, o Brasil se torna bastante promissor.”

O diretor geral da Coser, Delvino Coser, avalia que falta fiscalização ao setor. “Eu importo tudo regularmente e não consigo vender no Brasil, porque a concorrência é desleal. Somado ao dólar alto, deixou de valer a pena comprar peças de fora.”

Ele explica que a empresa, especializada na fabricação de motopeças, costumava importar a corrente do kit de transmissão, mas que o produto nacional tornou-se mais barato. “Se as importações do mercado fossem 100% legais, valeria a pena. Mas do jeito que está, fica difícil.”

Coser conta que enquanto gasta com ensaios de aprovações junto ao Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro), concorrentes seguem atuando com peças não conformes.

“O Inmetro precisa atestar a qualidade do aço e dos equipamentos. Poucas empresas do Brasil têm essa habilitação.

Quando uma fiscalização mais efetiva começar ocorrer, vamos estar preparados.” Através dos dados apurados em seu estudo, a Sictel pretende municiar auditores e técnicos para detectar desvios que afetam toda a cadeia metalomecânica e siderúrgica.

“É uma iniciativa para atuarmos na defesa comercial contra importações ilegais e subfaturadas que não atendem os requisitos técnicos básicos”, declara Pestelli.

### **Desempenho do setor**

Pestelli afirma que o desempenho do setor está inferior às expectativas. “A atividade industrial é menor do que o esperado. A greve dos caminhoneiros afetou razoavelmente o mercado. A indústria de transformação caiu muito entre 2014 e 2017, mais de 20%, e qualquer crescimento vai ser muito pequeno. Dificilmente será maior do que 2,5%.”

O presidente do Sictel explica que o preço do aço é uma das principais preocupações. “Por conta da valorização do dólar, nós já tivemos duas ondas de aumento, que totalizaram cerca de 20%. As siderúrgicas estão aventando a possibilidade de mais uma, por volta do mês do outubro.”

Coser aponta para o fato da variação cambial puxar o preço apenas para cima. “Se o dólar sobe, o preço do aço sobe. Se o dólar cai, o preço fica igual. A empresa compra uma chapa de aço, o câmbio varia e já tem um impacto, não consegue repassar o preço para garantir sua margem.”

## Serviços estão 10,5% abaixo do pico

21/08/2018 – Contábeis.com

Alta de 6,6% em junho não foi o bastante para recuperar perdas acumuladas nos últimos meses



Com a alta de 6,6% em junho ante maio, o volume de serviços prestados no País passou a operar 10,5% abaixo do ponto mais alto já registrado na Pesquisa Mensal de Serviços, alcançado em janeiro de 2014. O resultado, ainda pressionado pelos reflexos da greve de maio, indica que 2018 ainda será negativo para o setor.

Os dados fazem parte do levantamento divulgado ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE) e apontam que, no mês anterior, após o recuo de 5,0% no volume em função da paralisação dos caminhoneiros, os serviços tinham chegado ao piso da série histórica, operando em maio em patamar 16,0% abaixo do pico. "Em junho, voltamos ao patamar de fevereiro de 2017", diz o gerente na Coordenação de Serviços e Comércio do IBGE, Rodrigo Lobo.

O índice de difusão de serviços – que mede a proporção dos 166 segmentos investigados – apresentou incremento de 36,7% em maio para 38,6% em junho. Segundo Lobo, o resultado evidencia que o avanço foi concentrado. "A recuperação nos serviços em junho ante junho de 2017 foi concentrada, a difusão ainda está abaixo de 50%. Os serviços que avançaram foram aqueles com peso importante dentro da estrutura e com variação muito significativa."

Entre as atividades, os transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio (4,4%) puxaram a alta, impulsionado, sobretudo, pela liberação das rodovias após a greve de maio. Os demais impactos positivos foram de serviços de informação e comunicação (1,4%) e do segmento de outros serviços (3,4%). Os recuos ocorreram nos serviços profissionais, administrativos e complementares (-3,5%) e serviços prestados às famílias (-4,0%).

## Artigo: Se o eleito for fiel a suas propostas e não cometer estelionatos eleitorais, haverá esperança

21/08/2018 – Folha de S. Paulo

### ***A despeito de todos os problemas, o Brasil continua sendo um país viável***

O país vive um momento difícil. A menos de 50 dias da eleição, é impossível fazer qualquer prognóstico sobre quem vai governar o Brasil nos próximos quatro anos.

Gostaria, porém, de lançar um olhar otimista a respeito das propostas que estão sendo postas na mesa, mesmo que tenha de me arrepender disso no futuro próximo, porque por enquanto os planos não são suficientemente detalhados.

É possível notar uma certa convergência dos candidatos mais bem cotados em relação a temas cruciais do momento.

Há, por exemplo, na direita, no centro e na esquerda, um claro consenso a respeito da necessidade de recolocar o país na rota do crescimento.

Até os mais ortodoxos assessores econômicos de candidatos concordam que não será possível superar os problemas atuais sem a retomada imediata da geração de empregos para mais de 13 milhões de brasileiros.

Para isso, a revitalização da atividade produtiva, com investimento em infraestrutura e reindustrialização, é essencial.

Nessa linha, outro pensamento consensual diz respeito à necessidade de expandir o crédito e, muito importante, com juros civilizados. Não há um único candidato que tenha a coragem de contrariar essa proposta. E a concentração bancária está sendo colocada por quase todos como causa preponderante desse problema.

Por outro lado, até o mais excêntrico dos assessores concorda que será necessário fazer uma reforma tributária, não para aumentar a carga já elevada, mas principalmente para a simplificação dos impostos. Trata-se —e ninguém discorda disso— de substituir os cinco tributos incidentes sobre a venda de bens e serviços (IPI, PIS, Cofins, ICMS e ISS) por um único.

Essa unificação, sempre pretendida, enfrenta uma dificuldade prática, pois, mesmo apoiando a medida, governadores e prefeitos temem ser prejudicados no momento da mudança. A solução, portanto, pode ser uma transição gradual do atual modelo para o novo.

Existe concordância geral também sobre a obrigatoriedade de reformar a Previdência. Apesar das divergências sobre o modelo dessa reforma, considera-se que o Estado não poderá arcar com os déficits previdenciários crescentes e que, além de cortar privilégios, o novo sistema precisa levar em conta a questão do envelhecimento da população.

A educação é um tema preferido dos candidatos. O discurso genérico, felizmente, vem sendo substituído por propostas mais práticas sobre a ênfase no ensino básico, a valorização do professor e a formação técnica. O país já tem experiências positivas que podem ser replicadas, como a do Ceará.

Segurança é outro tema que une os principais candidatos. Há indignação com os mais de 60 mil assassinatos e 50 mil estupros por ano. Para enfrentar essa calamidade, propõe-se o combate efetivo ao crime organizado, com ações de inteligência, a modernização do sistema prisional e a atualização das políticas contra as drogas e para o controle de armas.

Se há pensamentos consensuais sobre esses importantes aspectos, é possível afirmar que nem tudo está perdido. Vamos para a eleição de outubro com a esperança de que o eleito tenha coragem e competência política para levar adiante esses programas.

A despeito de todos os problemas, o Brasil continua sendo um país viável. Num momento em que os emergentes voltam a ser pressionados por inflação e contas externas (vide Turquia e Argentina), nosso país tem situação confortável, com inflação de 4% ao ano e reservas de quase US\$ 400 bilhões.

O que nos aflige são a recessão e o desemprego. Se o eleito for fiel a suas propostas e não cometer estelionatos eleitorais, haverá esperança.

**Benjamin Steinbruch** - diretor-presidente da Companhia Siderúrgica Nacional, vice-presidente da Fiesp. É formado em administração pela FGV.

### ***Segredo de líderes como Amazon, Google e Microsoft está em investir na inovação dentro de casa***

O que você suspeita é fato: as maiores companhias de cada setor se distanciam cada vez mais de seus rivais e ficam com a maior parte de receitas, lucros e avanços de produtividade.

Economistas já deram muitas explicações para esse cenário. Pode ser resultado da opção dos executivos de alta qualidade, que migram para essas empresas; da automação, que gera um desequilíbrio na produtividade; da mania de fusões e aquisições; ou da falta regulamentação antitruste.

No entanto, novos dados sugerem que o segredo do sucesso das Amazons, Googles e Facebooks da vida —para não mencionar empresas como o Walmart, CVS e UPS, que as precederam— está no quanto investem na própria tecnologia.

Há diferentes formas de gastar com tecnologia da informação. Durante as primeiras décadas da revolução dos computadores pessoais, a maioria das empresas comprava hardware e software genérico. Depois, com o advento da nuvem, passaram a recorrer a serviços fornecidos por empresas como Amazon, Google e Microsoft.

O investimento em tecnologia da informação que resulta na contratação de desenvolvedores e na criação de softwares exclusivamente usados por uma empresa é uma vantagem competitiva crucial.

Isso é diferente da maneira usual pela qual compreendemos pesquisa e desenvolvimento, porque o software de que estamos falando é usado somente pela empresa que o cria —não é parte dos produtos desenvolvidos para os seus clientes.

Os grandes vencedores atuais apostaram tudo nisso, diz James Bessen, economista que leciona na escola de direito da Universidade de Boston.

Companhias de tecnologia como Google, Amazon, Facebook e Apple —além de outros gigantes como a General Motors e a Nissan, no campo automobilístico, e a Pfizer e a Roche, no setor farmacêutico— criaram software e até hardware próprios, inventando e aperfeiçoando seus processos, em vez de alinharem seus modelos de negócios à ideia de algum desenvolvedor externo.

O resultado é a economia de hoje, e o problema da economia de hoje é a desigualdade de renda entre empresas, semelhante à existente entre pessoas: alguns poucos monopolizam os ganhos, enquanto muitos ficam cada vez mais para trás.

Será que um dia chegaremos ao momento em que as maiores empresas serão não só dominantes como onipotentes?

Determinar de que maneira as empresas investem, medindo o que Bessen define como “intensidade de tecnologia da informação”, é relevante não só nos Estados Unidos mas em outros 25 países, diz Sara Calligaris, economista da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico).



iPhone X, da Apple - Reuters

Ao comparar as empresas de melhor desempenho em cada setor e seus concorrentes menores, existe uma disparidade no crescimento da produtividade que não para de aumentar.

O resultado é, se não uma economia em que o "ganhador leva tudo", ao menos uma economia em que "o ganhador leva a maior parte".

Para Bessen, a disparidade na produtividade se correlaciona ao avanço nos gastos com tecnologia da informação exclusiva. Em 1985, as empresas dedicavam cerca de 7% de seu investimento líquido (que inclui software, novas edificações, pesquisa e desenvolvimento) à tecnologia da informação exclusiva, de acordo com o Serviço de Análise Econômica do governo americano.

Em 2016, cerca de 24% do investimento líquido das empresas americanas foi dedicado a isso, o que significa quase US\$ 250 bilhões em um ano, e quase se equipara aos desembolsos em pesquisa e desenvolvimento e bens de capital.

Esse cenário também tem implicações nos salários. A alta na disparidade salarial de 1978 em diante pode ser atribuída quase inteiramente aos avanços registrados nas empresas mais produtivas, porque os salários nas menos produtivas se mantiveram estáveis.

Quando novas tecnologias eram desenvolvidas no passado se difundiam para outras empresas com rapidez suficiente para que a produtividade crescesse em setores inteiros. Samuel Slater, o "pai da revolução industrial dos Estados Unidos", conseguiu, quase sem ajuda, levar a tecnologia dos teares mecânicos ingleses para seu país ao trabalhar como aprendiz em uma tecelagem inglesa.

Há 20 anos, empresas podiam adotar o Microsoft Office ou o software da Adobe para editoração e, imediatamente, desordenar o mercado diante de companhias maiores que demoraram mais a se adaptar às novas tecnologias.

O que vemos hoje é "a desaceleração daquilo que chamamos de 'máquina da difusão'", disse Calligaris. Uma explicação é que as coisas se tornaram complicadas demais.

Dependemos de muito mais tecnologia, e essa tecnologia está ligada aos engenheiros, trabalhadores, sistemas e modelos de negócios construídos em torno dela, diz Bessen. Enquanto no passado teria sido possível licenciar, roubar ou copiar a tecnologia alheia, hoje em dia a tecnologia não pode ser separada dos sistemas dos quais é parte.

Pense no sistema de inteligência artificial do Facebook, desenvolvido dentro da empresa, com muito investimento, para acionar sua rede social, mas depois transferido com relativa facilidade ao Instagram. O Instagram poderia ter desenvolvido algo equivalente por sua conta? O Snap e o Twitter podem tentar copiar alguns aspectos do processo, mas não têm capacidade suficiente para cloná-lo.

E quanto à Amazon?

Sim, você pode criar um negócio usando os serviços de computação em nuvem da marca e usar a plataforma logística da empresa para vendas no site dela. Mas o programa que a Amazon desenvolveu para possibilitar a Amazon Web Services, serviço

de computação em nuvem, e seu mercado de varejo não está disponível para outras empresas.

O Walmart construiu um sofisticado sistema logístico em torno de leitores de códigos de barras, que permitiu à empresa superar os rivais menores no varejo. A companhia jamais vendeu essa tecnologia a qualquer concorrente.

Porém, não basta gastar dinheiro com tecnologia. "No varejo, a Sears era a maior cliente da IBM, nos anos 1980", diz Bessen. "A empresa investia bastante em tecnologia da informação, mas se provou incapaz de concorrer com o Walmart e seus sistemas."

Parte do problema com a abordagem da Sears talvez estivesse em que ela optou por recorrer a uma empresa externa de tecnologia para fazer o trabalho, em lugar de cuidar disso —e construir sozinha a infraestrutura de talentos, sistemas e conhecimento institucionais necessários.

Bessen diz não acreditar que a atual vantagem dos gigantes se deva à diferenças na regulamentação, porque as maiores empresas estão se tornando mais produtivas em muitos países —tanto nos EUA quanto na Europa.

Não está claro por quanto tempo o fenômeno estimulará o crescimento desigual. Mas, à medida que os gigantes da tecnologia caminham rumo a um monopólio, vale a pena questionar se a moderna tecnologia da informação criou uma espécie de lei natural, que determina que estamos destinados a adquirir todos os nossos produtos e serviços de apenas um punhado de ultragigantes.

**The Wall Street Journal**, traduzido do inglês por Paulo Migliacci

### **Fim da desoneração vai encarecer contratação de funcionários: entenda**

21/08/2018 – Contábeis.com

A partir de 1º de setembro, apenas 17 dos 56 setores beneficiados anteriormente poderão permanecer com a desoneração da folha de pagamento



Quando os **caminhoneiros** bloquearam estradas de todo o país durante onze dias de maio para tentar derrubar (na marra) o preço dos combustíveis, os brasileiros não imaginavam o custo que o protesto poderia trazer à sociedade. O impacto da paralisação já pesa no bolso do brasileiro -que, além da alta nos preços generalizados pós-greve, também vê o retorno da cobrança de impostos que podem afetar a geração de novos **empregos**.

Isso acontece pois, na ânsia de encerrar os bloqueios dos caminhoneiros, o governo Temer cedeu e zerou a cobrança dos tributos PIS-Cofins e Cide sobre o diesel. Só que, para compensar a perda na arrecadação com esses impostos, pressionou pela aprovação de projetos que estavam parados. Foi dessa forma que conseguiu aprovar a desoneração da folha de pagamento, aumentando a carga tributária que incide na contribuição das companhias à aposentadoria do trabalhador.

A partir de 1º de setembro, apenas 17 dos 56 setores beneficiados anteriormente poderão permanecer com a desoneração. Empresas de setores como o hoteleiro, comércio varejista e algumas indústrias, como a de automóveis, serão atingidas pela

medida. Outras, como empresas de calçados, confecção, construção civil, têxtil e de transporte, por exemplo, permanecem com o direito de optar pelo regime tributário diferenciado, mas apenas até 2020.

“Como a economia não cresce, o governo não consegue aumentar a arrecadação com o crescimento do PIB. Então ele tenta resolver o problema com mais carga tributária. Na conjuntura atual, era melhor deixar o mercado agir e não ter que passar a conta para esses setores que serão desonerados”, diz Juliana Inhasz, professora de economia do Insper.

Tal medida, segundo especialistas consultados por **VEJA**, deve encarecer a contratação de novos trabalhadores pelos setores atingidos, impactando na manutenção do nível de emprego formal, além de piorar a inflação, já que os empresários deverão repassar os custos ao consumidor.

### **O QUE É A DESONERAÇÃO?**

A desoneração da folha é a substituição de 20% da contribuição patronal obrigatória e destinada ao regime de previdência que incide sobre a folha de pagamentos por uma que varia entre 1% e 4,5% sobre o faturamento das empresas.

Ela foi criada pelo governo Dilma, em 2011, para tentar estimular a geração de emprego e aumentar a competitividade das médias e grandes empresas brasileiras - mesmo que, para isso, o governo tivesse que abrir mão da arrecadação pretendida.

Dados da Receita Federal mostram que, entre 2012 e 2018, o governo deixou de arrecadar cerca de 94 bilhões de reais. Com a previsão de 157 bilhões de reais rombo nas contas públicas para este ano, contudo, fica praticamente impossível continuar a praticar tal benefício fiscal.

Os resultados, contudo, deixaram a desejar. O problema é que, com a recessão e agora a lenta recuperação, a expectativa na melhora da contratação não ocorreu e, dessa forma, a arrecadação caiu ainda mais -ajudando a abrir tal rombo nas contas públicas do país.

A greve dos caminhoneiros, portanto, serviu para deixar as contas públicas em situação ainda pior. Assim, com a necessidade de captação de recursos, as empresas dos setores selecionados deverão voltar a calcular as contribuições devidas à Previdência baseadas na folha de salários e, não mais, no faturamento.

“A finalidade [da reoneração] é apenas compensar a renúncia fiscal decorrente das benesses que foram dadas ao óleo diesel [após greve dos caminhoneiros] bem como tentar atenuar os efeitos negativos nas contas da Previdência”, afirma German Alejandro Fernandez, professor da Faculdade de Administração da FAAP (Fundação Armando Álvares Penteado).

### **IMPACTOS NAS EMPRESAS**

As empresas dos setores que serão reonerados devem sofrer os impactos da medida já no mês seguinte ao retorno dos impostos mais altos.

Como o sistema de desoneração só poderia ser escolhido por empresas acima do Simples Nacional, ou seja, com faturamento bruto anual acima de 4,8 milhões de reais atualmente, poucos pequenos empresários serão afetados.

Mas, nem por isso a sociedade civil não sentirá os impactos. Segundo especialistas, a volta da maior cobrança deverá encarecer o custo de mão de obra e, dessa forma, esfriar a contratação.

“A primeira coisa é que a reoneração encarece o custo da mão de obra para a empresa. Ela volta a incluir tributos que foram retirados anteriormente e o funcionário vai se tornar mais caro”, diz Juliana Inhasz, do Insper.

A notícia é ruim para um país onde o desemprego atinge 13,7 milhões de pessoas, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Para além da alta no custo da mão de obra, a volta dos impostos previdenciários também pode impactar a inflação. “Eventualmente, esses setores também vão passar por um custo de produção maior o que vai pressionar a margem de lucro ou repassando para preço ao consumidor, cria-se um processo inflacionário”, completa a economista.

Segundo ela, o ideal seria que as companhias tivessem tirado proveito da época da desoneração para ganhar competitividade, fazer caixa e se preparar para quando o benefício fosse retirado a modo de não criar uma pressão tão grande nos custos como agora. Isso, contudo, pouco aconteceu.

Assim, os empresários devem balancear os custos para que tal alta não afete a competitividade da empresa, além, é claro, de manter o número de empregados na ativa.

### Contribuintes beneficiados em 2017

Mês	Total
Janeiro	40,4 milhões
Fevereiro	36,6 milhões
Março	37,3 milhões
Abril	36,5 milhões
Mai	36,7 milhões
Junho	36,3 milhões
Julho	36,1 milhões
Agosto	30,2 milhões
Setembro	34,3 milhões
Outubro	34,2 milhões
Novembro	33,7 milhões
Dezembro	33,3 milhões

Fonte: Receita Federal

### IMBRÓGLIO JURÍDICO

O desespero do governo em retirar a desoneração da folha pode ter um preço ainda indefinido. Desde 2016, as empresas poderiam optar pelo regime tributário no início de cada ano. Assim, quem queria entrar na desoneração deveria, logo no começo do ano, avisar a Receita.

Como o governo Temer anulou os benefícios a partir de setembro de 2018, há um imbróglia jurídico aí. Empresas afirmam que, como optaram em janeiro por pagar os impostos no regime diferenciado, deveriam permanecer até o final de cada ano fiscal ao menos.

“As empresas escolhem optar pelo regime da desoneração sempre no começo do ano e de forma irretratável. Se é irretratável, você não pode mudar a regra do jogo no meio do ano”, diz o advogado tributarista Rodrigo Brunelli. “Então esse é um outro ponto de insegurança jurídica. Toda opção tributária que é irretratável para o ano você transforma a escolha em regra”, afirma.



Dessa forma, caso o governo não consiga enquadrar todos os setores novamente e a disputa judicial se alastre, a expectativa de receita, que previa um retorno de cerca de 800 milhões de reais já em 2018, deve ser revisada para baixo.

### Valor da renúncia fiscal, em R\$

Ano	Valor
2012	3,6 bilhões
2013	12,2 bilhões
2014	22,1 bilhões
2015	25,1 bilhões
2016	14,5 bilhões
2017	13,7 bilhões
2018*	2,9 bilhões

(\*) até março

Fonte: Receita Federal

### MP investiga empresas que oferecem dados biométricos para lojas

21/08/2018 – Contábeis.com

Informações mencionadas no inquérito indicam que as fotos teriam sido obtidas no Serpro, a partir das fotos de carteiras de motorista reunidas pelo Denatran. O Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) abriu um inquérito para investigar três empresas que comercializam serviço de reconhecimento facial de brasileiros.

As firmas CertBio, CredDefense e Acesso Digital oferecem dados biométricos de brasileiros para diversos sistemas de checagem de identidade de clientes como bancos e lojas.

Segundo o MPDFT, essas empresas trabalhariam com um banco de dados de imagens de mais de 70 milhões de brasileiros.

Ainda de acordo com a portaria, informações divulgadas na imprensa e mencionadas no inquérito indicam que as fotos teriam sido obtidas no Serviço de Processamento de Dados do Governo Federal (Serpro), a partir das fotos de carteiras de motorista reunidas pelo Departamento Nacional de Trânsito (Denatran).

No inquérito, o MPDFT destaca que os sistemas de reconhecimento facial ainda enfrentam problemas, como o fato de não terem a mesma exatidão para identificar faces de pessoas negras com a mesma eficácia no caso de pessoas brancas.

Além disso, o documento ressalta que não há clareza de como funcionam os algoritmos dos sites no momento da checagem de identidade, o que abre margem para erros e casos de discriminação.

No documento, os autores destacam que o Marco Civil da Internet “assegura, aos titulares dos dados pessoais, os direitos de inviolabilidade da intimidade e da vida privada, bem como o direito de não fornecimento a terceiros dos dados pessoais, salvo mediante consentimento livre expresso e informado”.

Por meio de sua assessoria, o Serpro afirmou que não realiza venda ou repasse de dados de cidadãos brasileiros para empresas privadas. Contudo, oferece um serviço que calcula um “percentual de similaridade”. Quando um cliente (que pode ser uma empresa) coloca uma foto e o CPF, o aplicativo informa o quanto eles correspondem.

“Isso acontece automaticamente e o cliente jamais tem acesso a qualquer tipo de informação ou dado hospedado pela empresa. Mesmo esse serviço depende de autorização prévia e expressa por parte do órgão ou entidade da administração pública detentores da informação”, informou a assessoria da empresa.

Em audiência pública no Senado realizada em junho passado, a diretora-presidente do Serpro, Maria da Glória Guimarães dos Santos, negou a venda de dados pessoais de brasileiros pelo órgão.

Ela informou que o acesso aos dados processados pelo Serpro é permitido desde que devidamente autorizado pelo órgão gestor dos dados, como Receita Federal e outros órgãos de governo.

## **Caracterização do cargo de confiança e a reforma trabalhista**

21/08/2018 – Contábeis.com

Os denominados "Cargos de Confiança", também conhecidos como Cargos de Gestão ou Gerência, são muito comuns na estrutura organizacional das empresas brasileiras.



Os denominados “Cargos de Confiança”, também conhecidos como Cargos de Gestão ou Gerência, são muito comuns na estrutura organizacional das empresas brasileiras.

Os trabalhadores detentores destes cargos recebem tratamento diferenciado pela legislação trabalhista, como a gratificação de função de 40%, sem o direito a horas extras e sem descontos por faltas ou atrasos, já que não se aplicam as normas relativas à duração normal do trabalho.

Porém a CLT não trouxe explicitamente as regras que pudessem determinar com clareza se o cargo ocupado por um trabalhador é ou não de confiança. Tal definição seria sobremaneira vaga e incompleta, devido a complexidade do mercado de trabalho brasileiro, bem como ampla gama de setores econômicos e de realidades distintas dentro do capital humano das empresas.

Coube então aos tribunais trabalhistas definir quais os requisitos mínimos para a caracterização dos Cargos de Confiança, através da análise de cada caso. A jurisprudência sobre o tema se tornou vasta, devido principalmente as inúmeras ações trabalhistas oriundas dos trabalhadores reivindicando o pagamento de horas extras.

Neste sentido as alterações trazidas pela Reforma Trabalhista (Lei nº 13.467/2017), foram assertivas ao determinar que a convenção coletiva ou o acordo coletivo de trabalho prevaleça sobre a lei no que tange a identificação dos cargos que se enquadram como funções de confiança.

Esta identificação mais precisa, aplicada de forma detalhada ao organograma de cargos e funções das empresas, será importante para resguardar os direitos e deveres dos empregadores e dos empregados designados para cargos de confiança, desestimulando os litígios trabalhistas relativos ao tema, já que os tribunais irão considerar sempre o que foi acordado entre os sindicatos, patrões e trabalhadores.

O congestionado sistema judiciário brasileiro agradece!

## **Ambev compra 1,6 mil caminhões elétricos e reforça produção da Volks**

21/08/2018 – Tribuna PR

A Volkswagen Caminhões e Ônibus, com fábrica em Resende (RJ), recebeu na segunda-feira, 20, da Ambev pedido de 1,6 mil caminhões elétricos a serem entregues até 2023. Com a iniciativa de ter 35% de sua frota movida a energia limpa nos próximos cinco anos, a fabricante de bebidas vai receber o primeiro veículo elétrico feito no Brasil ainda este ano.

Dona das marcas Skol, Brahma e Antartica, a Ambev receberá a primeira unidade do e-Delivery, voltado a entregas urbanas, nos próximos meses. Por enquanto é um veículo de teste, que poderá receber alterações até o início da produção em escala, prevista para 2020.

Segundo Roberto Cortes, presidente da MAN Latin America, fabricante dos veículos pesados da Volkswagen, esse é primeiro caminhão leve 100% elétrico feito na América Latina. O veículo foi desenvolvido no Brasil, utilizando soluções mundiais. O projeto foi contemplado no investimento de R\$ 1 bilhão que o grupo tem programado para o período de 2016 a 2021.

O executivo diz que o preço do produto não está definido, mas, inicialmente, será muito acima de um modelo a diesel, pois só a bateria, importada da China, tem hoje custo bastante elevado.

“Com o aumento da produção, os custos certamente vão baixar”, diz Cortes, que já tem vários fornecedores locais de outros componentes. Ele acredita que, ao longo dos próximos anos, alguma empresa deva iniciar a produção de baterias localmente.

Para a Ambev, os caminhões elétricos, que não emitem poluentes e são silenciosos, fazem parte do seu compromisso de reduzir em 25% a emissão de carbono em toda sua cadeia de valor (logística e produção) nos próximos cinco anos.

“Temos certeza de que esse projeto contribuirá muito para a construção do legado sustentável que queremos deixar para as próximas gerações”, diz Guilherme Gaia, diretor de logística e suprimentos da Ambev.

A empresa tem atualmente frota de 4,8 mil caminhões, que vão sendo renovados gradualmente. Para abastecer os veículos elétricos, promete usar apenas energia adquirida de fontes limpas, como eólica e solar. O grupo também vai instalar painéis de geração de energia solar em seus centros de distribuição. O caminhão tem autonomia para rodar até 200 km com a bateria carregada.

### **Coleta de lixo**

Na segunda-feira, 20, a Corpus Saneamento e Obras, de Indaiatuba (SP), também disse que recebeu seis caminhões elétricos importados da fabricante chinesa BYD – os primeiros de um total de 200 que serão incorporados à frota usada na coleta e transporte de resíduos. Até dezembro chegarão mais 15 unidades. Outras 60 serão entregues em 2019, e as demais nos quatro anos seguintes.

Para entrar no Brasil, os veículos pagam 35% de imposto de importação e são isentos de IPI. A alíquota de ICMS é de 18%, enquanto o caminhão a diesel paga 12%. A filial da BYD estuda nacionalizar a produção em sua fábrica em Campinas (SP), onde já monta ônibus elétricos.

## **STF realiza audiência pública sobre multas a empresas e caminhoneiros na greve**

21/08/2018 – Tribuna PR (publicado em 20-08-2018)

Começou nesta tarde de segunda-feira, 20, a audiência pública no Supremo Tribunal Federal (STF) sobre a liminar obtida pelo governo durante a greve dos caminhoneiros no fim de maio, que permitiu uso das forças policiais para desobstruir as estradas e a aplicação de multas às empresas e motoristas que bloqueavam as vias.

O ministro do STF, Alexandre de Moraes, concedeu a liminar que determinava, entre outras medidas, a multa de R\$ 100 mil por dia para entidades e empresas e de R\$ 10 mil por dia para os motoristas que bloqueassem as rodovias. Ao todo, foram multadas 151 empresas, em valores que ultrapassam os R\$ 715 milhões.

“O grande objetivo a audiência pública é equacionar o andamento procedimental e compatibilizar o direito de manifestação e greve com os demais direitos do restante da sociedade. Nenhum direito pode atentar contra o livre trânsito e, por isso, naquele momento foi necessária a liminar para autorizar a liberação dos bloqueios e a aplicação das multas judiciais”, afirmou Moraes, ao abrir a reunião.

A maior parte das empresas multadas entrou com impugnações no tribunal alegando a ilegalidade das multas aplicadas, uma vez que muitas das companhias nem mesmo chegaram a ser notificadas da liminar antes de serem punidas.

As empresas alegam ainda não terem condições de arcar com os valores milionários das penalidades. “Não vamos discutir as impugnações individuais hoje, porque o objetivo é resolver o macro do problema”, completou Moraes.

A ministra da Advocacia Geral da União (AGU), Grace Mendonça, defendeu que as multas sejam mantidas. “Trata-se de uma multa que tem um carimbo muito próprio. Não se trata de uma multa de natureza administrativa, mas sim do cumprimento de uma ordem judicial”, avaliou.

O ministro dos Transportes, Valter Casimiro, e diversas entidades representantes das empresas de transporte de cargas também participam da audiência pública.

## **Ministro prorroga suspensão de multa por paralisação dos caminhoneiros**

21/08/2018 – Folha de S. Paulo (publicado em 20-08-2018)

***Após reunião, Alexandre de Moraes anunciou que multas estão suspensas por mais 14 dias***

O ministro Alexandre de Moraes, do STF (Supremo Tribunal Federal), afirmou nesta segunda-feira (20) que manterá por mais 14 dias a suspensão de multas aplicadas a 151 empresas pelo descumprimento de decisão que determinou liberação de vias durante a paralisação dos caminhoneiros.

A suspensão foi anunciada para que, em duas semanas, as empresas se reúnam com a AGU (Advocacia-Geral da União). Apesar de mencionar um possível acordo entre a União e as empresas multadas, Moraes negou a possibilidade de as multas serem perdoadas de forma geral.

“Quem obstruiu [vias] e foi multado tem a sua responsabilidade e isso será analisado em cada impugnação”, disse.

Durante a paralisação, Moraes concedeu liminar solicitada pelo presidente Michel Temer para autorizar a adoção de medidas necessárias para liberar vias e estabeleceu a aplicação de multas em caso de descumprimento.

Na decisão, ele determinou multa de R\$ 100 mil por hora às entidades responsáveis por atos que impedissem a circulação, inclusive em acostamentos, e de R\$ 10 mil por dia aos manifestantes que se recusassem a tirar veículos que estivessem obstruindo vias.

Em junho, Moraes havia anunciado a suspensão das multas até a realização de audiência pública marcada para esta segunda-feira (20).

Durante a reunião, Moraes afirmou que “não existe greve que não cause incômodo” e defendeu que a paralisação gerou problemas ao país em virtude do excesso.

“Não foi a primeira, nem será a última manifestação de caminhoneiros. O direito de manifestação de greve é para todos. O que podemos é discutir a impossibilidade de bloqueios totais, de bloqueio de acostamento, de impedir a livre circulação dos demais”, disse o ministro.

A advogada-geral da União, ministra Grace Mendonça, afirmou que a população sentiu efeitos da manifestação, como a restrição do direito à saúde.

“O exercício do direito de um não pode ser tamanho a ponto de impedir direito de outros tantos”, defendeu Grace Mendonça.

Os representantes do governo pontuaram, ainda, que a multa representa uma penalização por descumprimento de decisão judicial, e não é de natureza administrativa.

Em nome da CNT (Confederação Nacional do Transporte), o advogado Sérgio Antônio Ferreira Victor defendeu que as empresas do setor de transporte foram surpreendidas pela paralisação que ocorreu em maio e que muitas vezes não tinham como deixar os locais onde havia manifestação.

“As empresas ou ali mantinham seus caminhões ou sofriam danos graves ao patrimônio delas”, disse.

O representante da CNT afirmou, ainda, que as empresas tiveram perdas financeiras porque suas atividades foram afetadas e defendeu que elas não devem ser multadas. “Uma multa por conduta involuntária é realmente uma multa que me parece contra o direito e a boa fé”, argumentou.

O advogado da CNTA (Confederação Nacional dos Transportadores Autônomos), Alziro da Motta Santos Filho, defendeu que o movimento, organizado pelo WhatsApp, começou como uma reclamação dos caminhoneiros por melhores condições, mas que, no fim, se transformou em um movimento de cunho político.

“Foi um levante de um setor contra estado deplorável, mas que em dado momento foi tomado por questões políticas”, disse.

## **Volare prevê crescimento e recorde das exportações**

21/08/2018 – Automotive Business

Este deve ser o melhor ano em exportações para a **Volare**: a empresa prevê alcançar volume **recorde** no mercado internacional com o embarque de 500 ônibus, como parte da estratégia lançada em 2015 para ampliar sua presença nos principais mercados da

América Latina, África e Oriente Médio. Se for confirmado, isso representará um crescimento de 35% sobre o volume de 2017.



O processo tem se desenvolvido a partir da expansão da rede de concessionárias e a ampliação do volume de vendas em cada um dos países nos quais a fabricante já atua.

No ano passado, a Volare entregou 370 veículos no exterior, 13% a menos que no ano anterior, apesar da abertura de novos mercados, como Camarões, Costa do Marfim, Emirados Árabes, Guatemala e México.

Os modelos mais exportados são o Volare Fly 10, o maior produzido pela marca, para até 36 passageiros, o Fly 9 e o Attack 9, ambos com PBT de 9 toneladas e que permitem diferentes configurações, tanto para turismo e fretamento.

“Estamos com cerca de trinta revendedores na América Latina, África e Oriente Médio e pretendemos nomear novos parceiros para crescer ainda mais”, comenta o gerente de exportação, Rodrigo Bisi.

Atualmente, o principal mercado de exportação é o Chile, com 50% do total de veículos exportados. “Este ano iniciamos a venda de veículos no México, por meio da parceria com a operação local da Marcopolo, a Polomex, e já entregamos mais de 30 unidades”, destaca.

Segundo Bisi, a estratégia é ampliar gradualmente o peso das exportações no negócio da unidade: hoje, a atividade responde por 20% do volume produzido. “Nosso objetivo é aumentar a produção total e também as exportações para que participe com cerca de 30% do total produzido anualmente”.

### BYD entrega os primeiros caminhões elétricos à Corpus

21/08/2018 – Automotive Business (publicado em 20-08-2018)



**Empresa de saneamento encomendou 200 unidades; 21 chegam este ano**

Chegaram os primeiros seis **caminhões elétricos BYD** encomendados pela Corpus Saneamento e Obras, de Indaiatuba (SP). No total, um lote de 200 unidades fará parte da frota da companhia para serem utilizados em serviços de coleta e transporte de resíduos, **cujo negócio foi anunciado em maio**. As primeiras unidades, que começam a operar em setembro, embarcaram no início de junho em Changsha, na China, e fazem parte do primeiro lote de 21 caminhões que serão entregues este ano.

Os veículos utilizam bateria especialmente desenvolvida para a eletrificação veicular, com tecnologia exclusiva de fosfato de ferro lítio, que segundo a empresa, é reciclável e tem vida útil de até 30 anos. Com PBT de 21 toneladas, os modelos são da versão

4x2 com autonomia estimada de até oito horas de operação por recarga, em torno de 200 quilômetros.

“Antes de entrar em operação, os novos caminhões passarão por uma revisão de entrega e receberão o compactador de resíduos com sistema eletro hidráulico, desenvolvido em parceria com a Danfoss. Esse sistema substitui as tradicionais alavancas e garante maior eficiência energética e redução do nível de ruído no funcionamento do equipamento”, explica o gerente de manutenção de frota da Corpus, Charles Fioravante.

O executivo acrescenta que com a frota, a empresa deixará de emitir o equivalente a 14 toneladas de CO2 por mês e por veículo. “O desempenho é bem superior em todas as condições de operação, chegando a ser sete vezes mais eficiente”, enfatiza Fioravante.

“O eT8a é o caminhão de lixo mais silencioso e confortável do mercado. Diferente dos caminhões movidos a diesel, sua transmissão está diretamente ligada ao motor, sem embreagem. Para facilitar as partidas nas mais íngremes rampas, possui torque máximo de 1.500 Nm a partir de zero rpm, o maior da categoria, uma revolução em relação aos convencionais, que possuem menos torque e somente a rotações bem mais elevadas”, explica o diretor de vendas da BYD do Brasil, Carlos Roma.

## **Coca-Cola ameaça deixar Brasil se não recuperar subsídio na Zona Franca**

21/08/2018 – Folha de S. Paulo

### ***Empresa produz concentrado do refrigerante e perdeu incentivo após greve dos caminhoneiros***

A Coca-Cola ameaça interromper sua produção de refrigerante na Zona Franca de Manaus caso Michel Temer não baixe medida devolvendo ao setor os benefícios de que desfrutavam antes da paralisação dos caminhoneiros.

O assunto foi levado ao presidente pela primeira vez no fim de junho por Alexandre Jobim, presidente da Abir (Associação Brasileira das Indústrias de Refrigerantes), que representa as empresas.

A Abir reúne 59 fabricantes de refrigerantes, entre elas as gigantes Coca-Cola, Ambev e Pepsi. Elas ameaçam cortar 15 mil empregos diretos porque preveem uma retração de cerca de R\$ 6 bilhões por ano nas vendas caso Temer não volte atrás.

Desde então, houve conversas com assessores de Temer, tanto na Casa Civil quanto na equipe econômica. Na terça-feira (14), o presidente da Coca-Cola no Brasil, Henrique Braun, esteve com o secretário da Receita Federal, Jorge Rachid, e detalhou a situação.

Pessoas que acompanharam as conversas afirmam que a Coca-Cola fez chegar a Temer que só faz sentido produzir na Zona Franca se a alíquota do IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) que incide sobre o concentrado de refrigerante for de, pelo menos, 15%.

Braun também disse que a matriz nos EUA quer definir a situação no Brasil até o fim deste ano e que, para isso, a companhia aguarda um decreto garantindo 15% de IPI ainda na gestão Temer.

Se Temer não atender ao pedido, a Coca-Cola disse que pode destinar a produção do Brasil a alguma fábrica em país com incentivos fiscais. A Colômbia seria a principal saída.

Os envasadores brasileiros passariam, então, a importar o concentrado da Coca-Cola e haveria um aumento de preço de cerca de 8% no refrigerante para o consumidor local.

O governo considera haver exagero da fabricante americana. Para assessores de Temer, caso decida interromper a produção na Zona Franca, a Coca-Cola passará a pagar todos os impostos —até mesmo o de importação—, prejudicando a operação no mercado brasileiro em favor da Ambev (guaraná) e da Pepsi.

Segundo a **Folha** apurou, a equipe econômica também considera a ameaça vazia, uma vez que, para transferir a produção de xarope para outro país, a Coca-Cola perderia vantagens como o desconto de 75% no pagamento do seu Imposto de Renda, além de passar a pagar tributos como Imposto de Importação e PIS/ Cofins.

A lei permitia que os fabricantes de concentrados de refrigerantes instalados na Zona Franca vendessem o produto para seus envasadores —fora do polo industrial-- sem pagar o IPI e gerando um crédito tributário proporcional de 20% sobre o valor que pode ser usado pela fabricante para abater outros tributos, como o IR e a CSLL (Contribuição Social Sobre Lucro Líquido).

No fim de junho, Temer decidiu reduzir o IPI de 20% para 4%. Isso levará o setor a gerar menos crédito e ficará sem esse colchão para abater outros tributos. O resultado é que sua margem de lucro ficará menor sem esses benefícios.

Em 2016, o setor de bebidas gerou R\$ 2 bilhões em créditos na região. Após pagar R\$ 767 milhões em IPI, as empresas ficaram com R\$ 1,2 bilhão para compensar tributos. Com a redução do IPI sobre o concentrado, a operação da Coca-Cola estaria comprometida, alega a empresa.

O governo aceita negociar a alíquota, mas, segundo pessoas próximas às conversas, a Receita resiste. Concorde em elevá-la para, no máximo, 5,5%. Ou seja, um percentual muito mais próximo de 4% do que de 15%.

A Coca-Cola Brasil disse, após procurada pela **Folha**, não ter planos de deixar o polo de Manaus até o momento.

A resistência da Receita tem outras razões. Investigação do próprio órgão, revelada pela Folha, aponta que a subsidiária brasileira superfaturaria seus produtos para ampliar o lucro na Zona Franca.

Pessoas que acompanham a investigação afirmam que há a suspeita de que a subsidiária tenha se valido das vantagens fiscais e superfaturado a venda de seu concentrado para os envasadores.

Pelas regras tributárias em vigor até maio, a cada R\$ 100 vendidos em concentrado, os envasadores geravam R\$ 20 em créditos fiscais, que podem ser usados para abater IR e CSLL.

Na investigação, executivos da Coca-Cola precisam explicar por que a fabricante vende o quilo do concentrado por cerca de R\$ 200 no mercado interno se exporta o produto por aproximadamente R\$ 20.

Como boa parte dos envasadores pertence à própria Coca-Cola, a suspeita é que ela estaria reduzindo ao mínimo o pagamento de impostos e deslocando para o balanço de sua fábrica, na Zona Franca, o lucro do grupo.

Essa alta ao longo dos anos teria permitido remessas mais significativas para a matriz, nos EUA, onde o fisco americano cobra da companhia US\$ 3,3 bilhões (R\$ 13 bilhões) em royalties devidos por sete países, incluindo o Brasil.



## **COCA-COLA**

A Coca-Cola negou veementemente as supostas irregularidades investigadas pelo fisco.

Por meio de sua assessoria, disse que, de acordo com a legislação brasileira, os benefícios fiscais não são passíveis de serem remetidos ao exterior e devem, obrigatoriamente, ser reinvestidos no Brasil.

"Atuamos há 76 anos no Brasil e há 28 anos na Zona Franca de Manaus sempre em cumprimento com a legislação em vigor, comprovada por auditorias externas anuais e dos órgãos concessores", disse.

A Receita não quis comentar o caso.

## **Ministro da Fazenda descarta aprovação de reforma tributária até o fim do ano**

21/08/2018 – Tribuna PR

O ministro da Fazenda, Eduardo Guardia, descartou nesta segunda-feira, 20, a aprovação de uma reforma tributária "ampla" nos últimos meses do mandato do presidente Michel Temer (MDB).

Ao participar de evento na capital paulista, o titular da Fazenda reiterou a posição de que a reforma da Previdência deve receber prioridade na agenda – já que "não dá para discutir reforma tributária com gastos crescentes".

Sustentou ainda a necessidade de corrigir desequilíbrios observados, por exemplo, em PIS/Cofins e ICMS até que o País tenha um imposto que unifique vários tributos: o Imposto sobre Valor Agregado (IVA).

"Não vejo a menor possibilidade de aprovar neste ano uma reforma tributária ampla", disse Guardia durante premiação promovida pelo jornal Valor Econômico.

Provocado a explicar, em entrevista dado no evento, por que o governo Temer não conseguiu resolver o déficit fiscal, o ministro disse que os gastos públicos vinham crescendo em trajetória insustentável, tendo como principal razão o salto das despesas com Previdência e os subsídios, tornando o ajuste fiscal mais difícil por depender de reformas estruturais, de difícil tramitação no Congresso.

"O ponto central é que nunca vivemos uma recessão com essa gravidade. Saímos de 3% de superávit para déficit primário de 2% nos últimos anos. Foi uma virada, uma deterioração fiscal de 5 pontos percentuais do PIB", salientou.

O ministro destacou que a situação foi causada por um descontrole marcado pelo crescimento exagerado dos gastos públicos acompanhado de perda de receitas tributárias nos últimos anos, atribuída, em parte, a benefícios tributários classificados por ele como "permissivos".

Guardia também criticou a aplicação de regulamentações consideradas ineficientes a vários setores produtivos. Como exemplo, criticou as exigências de emprego de níveis mínimos de equipamentos e serviços que representassem conteúdo nacional na indústria de óleo e gás, a aplicação de subsídios implícitos e não sustentáveis no setor elétrico, e a substituição de fontes de recursos do mercado de capitais por uma atuação considerada equivocada do BNDES.

"Portanto, não entramos em recessão por conta de cenário externo adverso, mas em função de uma intervenção estatal inadequada e pelo inchaço do setor público", disse o ministro.

“A saída dessa recessão está ligada à complexidade da sua natureza e aos fatores que desorganizaram a economia”, completou, acrescentando que a solução desses problemas demandará reformas estruturais.

Privatizar estatais, observou o ministro, pode ser uma saída para diminuir a dívida pública, mas não resolve a crise fiscal, que deriva do desequilíbrio dos fluxos de receitas e despesas públicas. “Não adianta vender ativos e pagar dívida de se você continua desequilibrado”

Segundo o ministro, reformar a Previdência é urgente e condição necessária para a sustentabilidade do regime fiscal que fixou um teto aos gastos públicos. Mas, além de mudar as regras das aposentadorias, a solução da crise fiscal, conforme elencou, envolve a revisão de toda estrutura de despesas, subsídios e benefícios tributários.

### **Economia mantém trajetória de recuperação lenta, diz FGV**

21/08/2018 – Tribuna PR

Apesar dos prejuízos provocados pela greve de caminhheiros, que bloqueou estradas de todo o País por 11 dias em maio, os resultados do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro do segundo trimestre mostram que a economia mantém a trajetória de recuperação lenta, segundo a Fundação Getúlio Vargas (FGV).

O Monitor do PIB, apurado pela FGV, estima que a atividade econômica cresceu 0,3% no segundo trimestre em relação ao primeiro trimestre do ano.

“Os números não estão mostrando desaceleração, mostram crescimento. O PIB cresceu 0,1% no quarto trimestre de 2017. Depois, 0,2% no primeiro trimestre de 2018, agora 0,3%. É um crescimento lento, não foi interrompido. A greve realmente atrapalhou muito, mas alguma coisa foi devolvida em junho”, avaliou Claudio Considera, coordenador do Monitor do PIB no Instituto Brasileiro de Economia da FGV (Ibre/FGV).

O PIB avançou 3,3% em junho ante maio, calculou a FGV. Na comparação com junho do ano passado, a atividade econômica teve elevação de 2,4% no mês de junho deste ano. Na comparação com o segundo trimestre de 2017, a economia cresceu 1,2% no segundo trimestre de 2018.

O indicador da FGV antecipa a tendência do principal índice da economia a partir das mesmas fontes de dados e metodologia empregadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), responsável pelo cálculo oficial das Contas Nacionais.

De acordo com o Monitor do PIB, na passagem do primeiro para o segundo trimestre, o PIB Agropecuário aumentou 0,7%, enquanto a Indústria encolheu 0,9%. Já os Serviços avançaram 0,4%.

Pela ótica da demanda, o Consumo das Famílias apresentou crescimento de 0,2%, e o Consumo do Governo registrou expansão de 1,0%.

A Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF, medida dos investimentos no PIB) caiu 1,5% no segundo trimestre em relação ao primeiro trimestre do ano. As exportações diminuíram 5,4% no segundo trimestre de 2018, enquanto as importações caíram 2,4% em relação ao primeiro trimestre.

“O comércio e o transporte todo mundo esperava que fossem impactados (pela greve dos caminhoneiros), mas até a indústria de transformação foi afetada. A agricultura também foi muito prejudicada”, apontou Considera.

“No terceiro trimestre, talvez ainda tenha resquício (do impacto da paralisação) na parte de pecuária, ovos de galinha, mas uma perda muito pequena”, completou.

Em termos monetários, o PIB totalizou aproximadamente R\$ 3,467 trilhões em valores correntes de janeiro a junho.

## Com incerteza eleitoral, risco-país do Brasil é o 2º que mais cresce na América Latina

21/08/2018 – G1

***Entre os latino-americanos, risco-país do Brasil só subiu menos que o da Argentina; incerteza dos investidores é se próximo governo vai seguir com ajuste fiscal.***



Ainda sem ter se recuperado da crise, a economia brasileira sofre também os efeitos do calendário eleitoral. Diante da indefinição sobre o próximo governo - e, conseqüentemente sobre a política econômica a ser adotada a partir do próximo ano - vem crescendo a percepção de risco dos investidores internacionais em relação à economia brasileira. Entre as principais economias latinoamericanas, o risco do Brasil só subiu menos que o da Argentina.

O dólar em alta é o indicativo mais visível do crescimento da desconfiança dos investidores em relação ao Brasil. Na segunda-feira, a moeda dos EUA fechou no maior valor em mais de 2 anos, a R\$ 3,95, enquanto investidores buscavam destinos mais seguros que o Brasil para o seu dinheiro.

Todos os países emergentes têm sofrido com a piora das condições da economia mundial. O que tem definido a intensidade da reação dos investidores são os desequilíbrios macroeconômicos de cada economia. No caso brasileiro, há uma incerteza com o futuro das contas públicas e, se o próximo governo vai seguir com o ajuste fiscal.

Desde janeiro, o risco-país do Brasil medido pelo CDS (Credit Default Swap) subiu cerca de 80 pontos, enquanto o da Argentina - o país enfrenta uma grave crise econômica e já recorreu ao Fundo Monetário Internacional (FMI) neste ano - avançou 315 pontos.

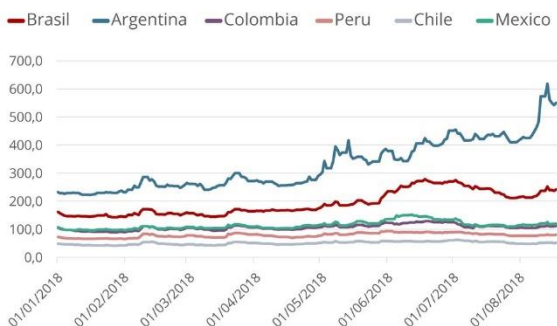
O CDS é uma espécie de seguro contra calote e, portanto, funciona como uma das principais medições de riscos entre as economias. Quanto mais alto é o CDS, portanto, mais arriscado o país é considerado pelos investidores.

No início do ano, o risco-país do Brasil estava no patamar de 162 pontos. No pior momento do ano, em meados de junho, o CDS chegou ao patamar de 280 pontos na esteira da resposta do governo à greve dos caminhoneiros e com o ambiente político já incerto. Nos últimos dias, o risco-país rodava o patamar de 240 pontos.

A recente piora mais intensa na percepção de risco da economia brasileira fica evidente quando se analisa o desempenho dos países considerados mais ajustados da região. No Chile, por exemplo, o CDS subiu apenas três pontos este ano. No México, a alta foi de 13 pontos.

## Percepção de risco

Investidores pioram avaliação da economia brasileira com incerta eleitoral



Fonte: consultoria Tendências



Infográfico elaborado em: 17/08/2018

"O Brasil tem uma vulnerabilidade grande na área fiscal e há uma incerteza em como essa questão vai ser conduzida a partir do ano que vem com um novo governo", afirma o economista da consultoria Tendências Silvio Campos Neto. "Os países menos afetados são aqueles que têm as contas públicas ajustadas e uma política monetária que consegue fazer o trabalho de forma correta", diz.

### **Mundo mais difícil para emergentes**

Em 2018, a situação econômica global tem trazido mais dificuldades para os mercados emergentes principalmente por duas razões. Primeiro, houve um aumento da tensão comercial desde que o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, decidiu taxar a importação de aço e alumínio. A medida desencadeou uma série de represálias de diversos países, levando a uma guerra comercial com a China e colocando os investidores numa postura mais defensiva.

Segundo, as economias avançadas estão subindo os juros, num movimento que os economistas chamam de normalização monetária. Depois de manter os juros num patamar baixo por muitos anos para estimular o crescimento econômico, os principais países estão fazendo o movimento contrário em meio a um aumento da inflação.

O Federal Reserve (Fed, banco central dos Estados Unidos), por exemplo, já aumentou a taxa de juros duas vezes este ano e deve, segundo os economistas, elevar mais duas até dezembro. Neste mês, a Inglaterra colocou os juros no patamar mais alto desde 2009.



"O mundo está mais desafiador e não deve voltar ao que era antes. É um mundo com o sarrafo mais alto", afirma Livio Ribeiro, pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia, da Fundação Getúlio Vargas (Ibre/FGV).

Não por acaso, dois grandes países emergentes já tiveram graves problemas econômicos. Com uma forte desvalorização do peso, a Argentina teve de recorrer ao Fundo Monetário Internacional (FMI) para receber uma ajuda de US\$ 50 bilhões. E a Turquia enfrentou uma forte desvalorização da lira turca nas últimas semanas, levando pânico aos mercados. Somente em um dia a lira chegou a despencar 18%.

### *Fiscal frágil, mas contas externas ajudam*

Entre os investidores, a principal preocupação com a economia brasileira é se o próximo governo vai levar adiante a reforma da Previdência e conseguir endereçar os problemas fiscais. As contas públicas têm registrado déficit primário desde 2014.

Neste ano, o mercado estima um rombo de R\$ 148,171 bilhões, segundo o relatório Prisma, do Ministério da Fazenda, que colhe a expectativa dos analistas. Para 2019, o déficit estimado é de R\$ 123,288 bilhões.

"Há uma incerteza com o que vai ocorrer na economia depois da eleição", diz o diretor-geral da Fator Administração de Recursos, Paulo Gala.

O déficit nas contas públicas tem aumentando o endividamento do Brasil, o que os investidores consideram um fator de risco ao decidir se trazem ou não recursos para cá. Em junho, a dívida do governo chegou a 77,2% do Produto Interno Bruto (PIB). Há quatro anos, esta relação era de 52,7%.

A percepção de piora da economia brasileira só não é mais intensa por conta da boa condição das contas externas, o que deixa o país distante - ao menos por ora - das crises enfrentadas por Argentina e Turquia. O Brasil tem hoje reservas de US\$ 380 bilhões, e o déficit em transações correntes é de apenas 0,7% do Produto Interno Bruto (PIB), exigindo baixo financiamento externo e dando munção suficiente para mitigar uma crise cambial.

"As crises costumam vir por meio do câmbio, mas a capacidade de intervenção do Brasil é grande. Há sobra de dólares", diz Gala.

### **Com oferta elevada, preço em baixa e dólar alto, exportação de etanol dispara**

21/08/2018 – Folha de S. Paulo

#### ***Produto brasileiro fica mais competitivo no mercado externo***



Usina de cana de açúcar em Guariba (SP) - Joel Silva - 26.abr.17/Folhapress

A exportação de etanol deverá superar os 800 milhões de litros nos cinco primeiros meses desta safra, que se iniciou em abril. Se confirmado, esse volume superará em 13% o de igual período de 2017.

O crescimento anual ocorre devido à aceleração do ritmo das vendas externas dos últimos dois meses. Em julho, foram 253 milhões de litros.

Em agosto, o volume poderá atingir 356 milhões, se for mantido, até o fim do mês, o mesmo ritmo dos 13 primeiros dias úteis. Em agosto, as exportações já somam 201 milhões de litros.

As vendas externas aumentam porque a oferta interna de etanol é boa e os preços estão em baixa. Com isso, o produto brasileiro ficou mais competitivo no mercado externo, principalmente com a ajuda da alta do dólar.

Em abril, no início da safra, com preços internos ainda aquecidos pela entressafra, a vantagem ficava para as importações. A partir de julho, porém, os preços ficaram favoráveis para os exportadores, que aumentaram o ritmo das vendas.

No mês passado, as exportações somaram 253 milhões de litros, segundo dados da Secex (Secretaria de Comércio Exterior). Neste mês, poderão atingir 356 milhões.

De abril a julho, 308 milhões de litros de álcool anidro e 205 milhões de hidratado haviam deixado as usinas do centro-sul para o mercado externo.

Antonio de Padua Rodrigues, diretor da Unica (União da Indústria de Cana-de-Açúcar), diz que alguns mercados, como o da Coreia do Sul, ajudam a elevar o volume exportado.

Os sul-coreanos compraram 154 milhões de litros nesta safra, mas a liderança ainda é dos EUA. Os americanos importaram 266 milhões de litros no período no Brasil.

Padua acredita que as exportações de etanol devam atingir 1,6 bilhão de litros nesta safra 2018/19.

As receitas obtidas com as vendas externas, que já somaram US\$ 95 milhões nas primeiras semanas de agosto, conforme dados da Secex, poderão atingir US\$ 168 milhões no mês.

As usinas da região centro-sul venderam 9,3 bilhões de litros de etanol de abril a julho. Segundo a Unica, 6,2 bilhões foram de etanol hidratado —38% mais do que em igual período de 2017.

### **China promete deixar subsídios para aço em conformidade com regras da OMC**

21/08/2018 – Tribuna PR

A China prometeu deixar todos os subsídios federais para siderúrgicas em conformidade com as regras da Organização Mundial do Comércio (OMC), num momento em que Pequim se prepara para retomar discussões comerciais com os EUA esta semana.

Em comunicado divulgado nesta terça-feira, o Ministério de Comércio chinês proibiu determinados subsídios para exportações e importações que contrariam as normas da OMC e determinou que autoridades relacionadas garantam que todas as políticas comerciais fiquem de acordo com as regras da entidade.

O ministério também proibiu medidas que incentivem a ampliação da capacidade de produção de aço, como parte de esforços para reduzir o excesso de capacidade.

Além disso, o ministério afirmou que irá intensificar a avaliação da eficácia de medidas para apoiar a inovação, pesquisa e desenvolvimento na indústria siderúrgica.

### **Cobre opera em alta, apoiado por dólar mais fraco**

21/08/2018 – Isto É Dinheiro

O cobre opera com ganhos nesta terça-feira, impulsionado pela fraqueza do dólar, o que permite que o metal retome valor perdido durante a semana passada. Além disso, notícias do setor são monitoradas.

Na London Metal Exchange (LME), o cobre para três meses subia 1,05%, a US\$ 6.051,50 a tonelada, às 7h05 (de Brasília), tendo avançado na casa dos 2% até agora nesta semana. Às 7h36, o cobre para setembro avançava 0,99%, a US\$ 2,6950 a libra-peso, na Comex, divisão de metais da New York Mercantile Exchange (Nymex).

O dólar está mais fraco ante outras moedas fortes. Isso torna as commodities, negociadas nessa divisa, mais baratas para os detentores de outras moedas, o que apoia a demanda. Diretor de pesquisa da FastMarkets.com, William Adams diz também que as quedas recentes levaram investidores a aproveitar os preços mais baixos, o que gerava queda nos estoques monitorados pela LME e pela Bolsa de Xangai.

Além disso, a BHP Billiton informou no fim da segunda-feira que houve um aumento de 33% em seu lucro subjacente no último ano fiscal. A mineradora sinalizou, porém, apreensão com a perspectiva de curto prazo para o mercado de commodities, em meio às tensões comerciais entre EUA e China.

Entre outros metais básicos negociados na LME, o zinco subia 2,7%, a US\$ 2.440,50 a tonelada, o alumínio avançava 0,61%, a US\$ 2.071 a tonelada, o estanho tinha ganho de 0,08%, a US\$ 18.805 a tonelada, o níquel operava em alta de 0,88%, a US\$ 13.735 a tonelada, e o chumbo avançava 1,29%, a US\$ 2.005,50 a tonelada.